

CARTA ABERTA AOS LÍDERES PARLAMENTARES

Pela Manutenção do Anexo V e pela Garantia do Espaço Orçamentário para Nomeações do Concurso Nacional Unificado (CPNU 1)

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF) dirige-se a Vossas Excelências para reforçar a necessidade premente da manutenção do Anexo V e da garantia de espaço orçamentário para a convocação dos aprovados nas vagas imediatas e listas de espera do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 1). Essa medida é essencial para suprir o déficit de servidores, garantir a execução eficiente das políticas públicas e assegurar o funcionamento adequado do Estado brasileiro.

Segundo dados do próprio governo, divulgados na Revista Gestão de Pessoas em Evidência, estima-se que nos próximos 11 anos, mais de 180 mil servidores estarão aptos a se aposentar. Em 2025, cerca de 24 mil servidores poderão se aposentar, seguido por um novo pico em 2034, com 20 mil aposentadorias. O envelhecimento da força de trabalho e a descontinuidade nos concursos públicos aprofundam a precarização da administração pública federal e comprometem a operacionalização de serviços essenciais à população brasileira.

O Sindsep-DF vem envidando esforços contundentes pela recomposição da força de trabalho e pela reconstrução das capacidades estruturais do Estado, por meio de uma série de mobilizações e articulações junto ao funcionalismo. Essa luta se insere em um contexto mais amplo de defesa das políticas públicas e da necessidade de coloca-las no centro do orçamento federal. A gestão eficiente do serviço público depende de investimentos perenes na força de trabalho.

As etapas de planejamento e execução dos concursos representam um investimento significativo de recursos humanos e materiais. Os sucessivos adiamentos no cronograma do CPNU impactaram o planejamento governamental, comprometendo o dimensionamento adequado da força de trabalho e agravando o déficit de servidores. É fundamental que o governo mantenha o espaço orçamentário necessário para a convocação dos aprovados, incluindo as vagas imediatas e a chamada integral das listas de espera.

A precarização do trabalho público, seja por meio da ampliação de vínculos temporários ou da terceirização, favorece o assédio de grupos privados que enxergam na fragilização do serviço público uma oportunidade para maximizar seus lucros. Trabalhadores precarizados são mais

suscetíveis às pressões políticas e econômicas, abrindo brechas para a privatização de setores essenciais do Estado e para a flexibilização de normas em favor de interesses corporativos.

A generalização de contratações temporárias e a criação de novas carreiras com atribuições similares às já existentes demonstram que há demanda por profissionais no serviço público, reforçando a importância da nomeação integral dos aprovados no CPNU 1 e da realização de novos certames de forma perene.

Solicitamos a Vossas Excelências a adoção de medidas concretas para garantir a manutenção do Anexo V na Lei Orçamentária Anual (LOA) e a previsão de espaço orçamentário suficiente para viabilizar as nomeações do CPNU 1. A recomposição do quadro funcional não é apenas uma demanda dos servidores, mas uma necessidade imperativa para garantir a qualidade e a continuidade das políticas públicas em benefício de toda a população brasileira.

Atenciosamente,

Brasília, 11 de março de 2025.

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF)